

economia

Reforma tributária caiu por 'interesses', afirma Guedes

Para ministro, não aprovação pode culminar em alta dos tributos



EDU ANDRADE/ASCOM/ME/JC

De acordo com Paulo Guedes, falta de votação da proposta ocorreu por 'pouca inteligência' de aliados

/ CONJUNTURA

O ministro da Economia, Paulo Guedes, declarou nesta quinta-feira (24) que a aprovação da Reforma Tributária no Senado não aconteceu em razão de "interesses" dos senadores. Guedes ainda classificou a não aprovação do texto como "pouca inteligência" dos parlamentares aliados ao governo de Jair Bolsonaro (PL).

"A proposta foi bloqueada no Senado por interesses. Amigos nossos em um ato - que eu achei de pouca inteligência - bloquearam a reforma no Senado. Achei de pouca inteligência porque nós tributávamos muito moderadamente lucros e dividendos. Só 15% quando o mundo inteiro é 30%", disse em participação no congresso da Abrainc (Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias).

Guedes afirmou que a não aprovação pode deixar a votação da proposta para um próximo governo e culminar na alta dos tributos já previsto no texto.

"Agora não aprovamos, não aproveitamos a oportunidade de posicionamento, roamos isso para um próximo governo e um próximo governo pode pensar diferente, mesmo se formos nós. De repente, [a taxa de tributos] vai ser um pouco maior para castigar", comentou.

Apesar da possibilidade de a votação dos textos passar para o próximo governo, Guedes comentou que ainda conta com o apoio

dos presidentes da Câmara e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e Arthur Lira (PP-AL), respectivamente, para a reforma passar. Ele também disse que a tributação de lucros e dividendos pode ultrapassar os 30% caso o "outro lado" ganhe a eleição no pleito deste ano.

"Eu sei que o outro lado ganharia, que eu acredito que não vai ganhar, vai não ser progressiva, vai ser 30 e tantos porcentos [a taxa de tributos] quando poderia ser a metade. Então, não achei um ato inteligente, ainda há tempo, o presidente da Câmara e Senado disseram que vão quebrar o paradigma que em ano de eleição não se faz reforma. Eles dizem que farão. Eu tenho toda razão neles porque eles têm tentado nos ajudar na aprovação dos nossos projetos."

Ambas as propostas da Reforma Tributária e Administrativa estão paradas no Congresso. No caso da proposta tributária, há mais de um projeto concorrente, que ainda estão nas comissões tanto da Câmara dos Deputados quanto do Senado.

Dentre as resistências declaradas à reforma, há a do setor de serviços, sob o temor de aumento da carga tributária. A proposta também não é consenso entre governadores, a exemplo daqueles das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A PEC em discussão propõe simplificação tributária sobre o consumo em dois tributos de valor agregado, um nacional -

Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), a partir da unificação do IPI, Cofins, e Cofins-Importação, PIS e Cide-Combustíveis; e um subnacional - o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), reunindo o ICMS e o ISS.

Nesta quarta-feira (23), presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, admitiu as resistências enfrentadas pela reforma tributária e a possibilidade de ela não ser votada pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Casa.

Havia a expectativa que o colegiado pudesse retomar a votação da matéria, mas a polêmica PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que pretende reformular o sistema de tributação brasileiro ainda tem arestas a serem aparadas. "Pode ser que haja uma dificuldade de se votar amanhã", reconheceu o presidente do Senado. "Se não for possível apreciá-la amanhã por algum motivo, qualquer que seja, certamente a CCJ tem o compromisso de sua apreciação nas sessões subsequentes", disse a jornalistas.

Pacheco reafirmou o compromisso de pautar a matéria assim que for aprovada pela CCJ, mas ponderou sobre a complexidade do tema e a necessidade de um consenso para que ela possa ser aprovada. O senador disse aguardar um posicionamento do relator, Roberto Rocha (PSDB-MA), e do presidente da CCJ, Davi Alcolumbre (DEM-AP).

BC vê alta probabilidade de novo estouro da meta de inflação

O Banco Central projeta pico de inflação de 10,6% no primeiro trimestre e vê alta probabilidade de estourar a meta estipulada pelo segundo ano consecutivo. Os dados são do Relatório Trimestral de Inflação de março, divulgado nesta quinta-feira (24).

A autoridade monetária desenhando dois cenários para a inflação para este ano, com base na trajetória de preços do petróleo. Em ambos, o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) tem grandes chances de ficar acima do teto da meta.

O valor fixado pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) para este ano é de 3,5% - com 1,5 ponto percentual de tolerância para cima e para baixo. Na projeção do cenário "alternativo", que utiliza trajetória descendente para o preço do barril de petróleo, a inflação acumulada em 12 meses atinge pico de 10,6% no primeiro trimestre, caindo para 6,3% no fim de 2022, acima do limite superior do intervalo de tolerância da meta.

Já na projeção do cenário de referência, que utiliza hipótese usual para a trajetória do preço do petróleo, a inflação acumulada em quatro trimestres fica em 10,6% nos dois primeiros, recuando para 7,1% no fim do ano, também acima do teto da meta.

De acordo com o BC, a probabilidade de a inflação ficar acima do limite em 2022 saltou de cerca de 41% no relatório anterior, divulgado em dezembro, para em torno de 88% no cenário "alternativo", tido como mais provável pela autoridade monetária, e 97% no cenário de referência.

"Parte significativa da surpresa inflacionária no trimestre está relacionada a componentes mais voláteis, em especial aos preços de combustíveis e de alimentos, mas também houve surpresa em itens associados à inflação subjacente. As diversas medidas de inflação subjacente permanecem acima do intervalo compatível com o cumprimento da meta para a inflação",

mostrou o relatório.

O BC aponta que a principal pressão sobre a inflação ao consumidor no próximo trimestre deve-se aos preços dos combustíveis, refletindo a recente elevação dos preços do petróleo. "Combustíveis para veículos contribuíram com quase metade da surpresa com a inflação no trimestre", indicou.

O documento diz ainda que os impactos da guerra entre Rússia e Ucrânia também são esperados sobre preços livres, com importante alta sobre os alimentos. "A alta dos preços dos alimentos também foi maior que o previsto, com impacto do clima extremo sobre preços de alimentos in-natura e maior pressão sobre café, óleos e gorduras e panificados, que têm influência de preços de commodities", escreveu.

"A elevação dos preços de commodities e dos preços de produtos importados -especialmente desde a escalada do conflito entre Rússia e Ucrânia-, embora atenuada pela recente apreciação do real, pode ser considerada um novo choque de oferta do ponto de vista da economia doméstica, com impacto altista sobre a inflação e negativo sobre a atividade econômica no curto prazo", afirmou o BC.

Um aumento adicional da taxa básica de juros em junho não é um cenário provável, disse o presidente do BC, Roberto Campos Neto, nesta quinta, indicando o fim do forte ciclo de aperto monetário iniciado há um ano em maio.

Segundo Campos Neto, na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) da semana passada, o colegiado avaliou a elevação do cenário de incerteza, o ritmo adequado para a alta dos juros e a taxa terminal do ciclo de aperto.

Se o estouro da meta de inflação de 2022 se confirmar, Campos Neto deverá escrever uma nova carta ao ministro da Economia explicando as razões para o descumprimento do objetivo pelo segundo ano consecutivo.

A inflação fechou 2021 em 10,06%, maior alta desde 2015.

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

CÍCERO ANTÔNIO EICH, CPF 478.879.310-53 DECLARA, nos termos do art. 6º do Regulamento Anexo II à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, sua intenção de exercer cargo de CONSELHEIRO FISCAL no Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, CNPJ 92.816.560/0001-37. ESCLARECE que eventuais objeções à presente declaração, acompanhadas da documentação comprobatória, devem ser apresentadas diretamente ao Banco Central do Brasil, por meio do Protocolo Digital, na forma especificada abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo. Protocolo Digital (disponível na página do Banco Central do Brasil na internet) Selecionar, no campo "Assunto": Autorizações e Licenciamentos para Instituições Supervisionadas e para Integramentes do SPB Selecionar, no campo "Destino": o componente do Departamento de Organização do Sistema Financeiro - Deorf mencionado abaixo

BANCO CENTRAL DO BRASIL
Departamento de Organização do Sistema Financeiro - DEORF
Gerência Técnica em Porto Alegre - GTPAL
Curitiba, 14 de março de 2022.